

DIREITOS HUMANOS

Comissão define prioridades

VISITAS A INSTITUIÇÕES QUE ATENDEM CRIANÇAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM DIRIGENTES DO GDF E REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS COM ESPECIALISTAS SÃO ALGUNS DOS ITENS PROPOSTOS

Patrícia Britto

A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa, a deputada Érika Kokay, reuniu-se ontem com representantes de instituições governamentais e não-governamentais que cuidam dos direitos humano no DF. Eles definiram uma série de ações que vão culminar com a elaboração de um plano da Comissão dirigido ao atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco no DF.

Entre outras ações, ficou acertado que a Comissão fará visitas a instituições públicas e privadas que realizam algum tipo de atendimento aos menores. Além disso, a deputada disse que pretende convocar para depor na Comissão autoridades responsáveis por políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Está prevista ainda a realização de seminários, com a participação de especialistas em direitos humanos e da criança e do adolescente, que possam contribuir para o trabalho da Comissão.

"Precisamos fazer visitas às instituições que lidam com crianças para fazer o recolhimento de dados. O objetivo é traçar diretrizes que vão nos ajudar a elaborar o nosso plano de ações", explicou a deputada Érika Kokay. Segundo ela, as discussões precisam seguir em frente e efetivamente se transformar em planos de atuação.

Aocitar algumas questões que serão tratadas na Comissão, a deputada citou as denúncias de



Deputada Érika Kokay (ao fundo) no encontro com representantes de grupos de direitos humanos

superlotação no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje). Ela destacou ainda a situação de dependentes químicos que são mantidos em asilos junto com doentes mentais, sem tratamento adequado. Para a deputada, é necessário que a discussão sobre direitos humanos se estenda à sociedade civil para conquistar avanços no controle social.

"Os programas sociais sofrem cortes quando ligados exclusivamente ao governo", justificou. Para ela, a sociedade, assumindo uma atitude de controle, é uma garantia de que as políticas públicas não serão suspensas no caso de mudanças de governo.

"Todas as grandes construções são tecidas. Elas não são abruptas", justificou. "Se

não inserirmos as crianças e adolescentes nas nossas prioridades não teremos saída do ponto de vista dos direitos humanos", concluiu.

Ainda segundo a presidente da Comissão dos Direitos Humanos, os secretários de Ação Social, de Saúde e de Educação, de acordo com a deputada, serão as primeiras autoridades a se-

rem convidadas a participar de audiência pública na Comissão. Os encontros devem ser realizados no próximo mês.

Participaram da reunião da Comissão representantes do Ministério Público do Trabalho, do Movimento Nacional de Meninos de Rua do DF, por militantes de direitos humanos e conselheiros tutelares das cidades-satélites.

Fotos: Renato Alves